

MAIS VALE UMA CRECHE! MULHERES E A LUTA POR EQUIPAMENTOS COLETIVOS DURANTE O PROCESSO SAAL (1974-76) EM PORTUGAL

 Lia Gil Antunes*

Resumo

A revolução portuguesa teve no SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local (1974-76), um dos expoentes da luta pelo direito à habitação em Portugal. De serviço estatal a processo popular, assistido tecnicamente por equipas interdisciplinares, o objetivo maior da construção de casas dignas estendeu-se aos equipamentos sociais para a “vida quotidiana”. Através da revisão bibliográfica, entrevista e consulta de arquivos, mostro como a reivindicação por creches e infantários ampliou a escala do SAAL à discussão da cidade, e abriu possibilidades para as moradoras pobres urbanas praticarem o direito à cidade num momento de reinvenção da cidadania no Portugal revolucionário, dando início a profundas transformações na família, na sociedade e na cidade.

Palavras-chave: Revolução do 25 de Abril de 1974, processo SAAL, moradoras, equipamentos sociais, creche.

Abstract

It is better to have a nursery! Women and the struggle for collective facilities during the SAAL Process (1974-76) in Portugal

During the revolution, SAAL, Local Ambulatory Support Service (1974-76), was one of the exponents of the struggle for the right to housing in Portugal. From a state service to a popular process, technically assisted by interdisciplinary teams, its main objective of building decent houses extended to social facilities for “daily life”. Based on a literature review, an interview, and archival research, I show how the demand for nurseries and kindergartens expanded the scale of SAAL to the discussion on the city and opened possibilities for poor urban women residents to exert their right to the city at a time of reinvention of citizenship in revolutionary Portugal, initiating profound transformations in the family, society and the city.

Keywords: Revolution of 25th April 1974, SAAL process, residents, social facilities, daycare.

* Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG-ISCSP/Universidade de Lisboa), 1300-663 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Campus Universitário do Alto da Ajuda, Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal.
Endereço eletrónico: liapantunes@gmail.com

Resumen

¡Es mejor tener una guardería! Las mujeres y la lucha por los equipamientos colectivos durante el Proceso SAAL (1974-76) en Portugal

La revolución portuguesa tuvo en SAAL, Servicio de Apoyo Ambulatorio Local (1974-76), uno de los exponentes de la lucha por el derecho a la vivienda en Portugal. De servicio estatal a proceso popular asistido técnicamente por equipos interdisciplinarios, el principal objetivo de construir viviendas dignas se extendió a los equipamientos sociales para la “vida cotidiana”. A través de revisión bibliográfica, entrevista y consulta de archivos, muestro cómo la demanda por guarderías y jardines infantiles amplió la escala de SAAL al debate sobre la ciudad y abrió posibilidades al ejercicio del derecho a la ciudad por las vecinas pobres urbanas, en una época de reinención de la ciudadanía en el Portugal revolucionario, iniciando profundas transformaciones en la familia, la sociedad y la ciudad.

Palabras clave: Revolución del 25 de Abril de 1974, proceso SAAL, vecinas, equipamientos sociales, guardería.

1. Introdução

Achava melhor fazerem uma creche para as crianças para os pais poderem trabalhar do que uma piscina porque faz mais falta para se governar a vida e para se poder pagar uma renda de casa. E uma piscina não faz falta, que vão para a praia! Quem se quiser molhar, vá para a praia! Ou, então, que tome duche em casa. Eu tenho só dois quartos, tenho 7 filhos e tenho 3 rapazes a dormir numa casa, tenho outros 3 a dormir noutra e tenho esta menina a dormir no meio do chão porque não tenho espaço onde a pôr. Mais vale as casas, vale mais uma creche do que uma piscina!

Em “O problema da habitação em Portugal” (1974)

As palavras em epígrafe foram proferidas numa conversa entre mulheres de quem não sabemos o nome, moradoras no Vale Escuro, um bairro de barracas que se localizava na parte oriental da cidade de Lisboa. Estavam acompanhadas pela arquiteta Margarida Sousa Lobo (Fig. 1), que explicava ao jornalista, no Verão de 1974, que “a habitação não são só quatro paredes, são os equipamentos, a localização da casa” (Lobo cit. em “O problema da habitação em Portugal”, 1974). Para estas mulheres, transformar o habitat era uma urgência, até porque, como dizia a mesma moradora do bairro de lata, “os ratos lá parecem pessoas a caminhar de noite”.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 encontrou uma aguda crise habitacional em Portugal herdada da longa ditadura do Estado Novo (1926-1974). Os bairros de barracas ou abarracados proliferavam nas maiores cidades portuguesas, em núcleos sobrelotados e sem infraestruturação básica. As mulheres mais pobres conheciam bem a dureza de habitar estes territórios: histórica e socialmente responsabilizadas pelos trabalhos domésticos e de cuidados, eram quem mais tempo permanecia nas casas e quem garantia a sobrevivência e o aconchego mínimo da família. Em todo o mundo, a luta pelo direito à habitação tem género (Sagot 1992;

Muxí Martínez e Magro Huertas 2011) e, no Portugal revolucionário, a luta por uma habitação digna foi uma das principais mobilizações das mulheres dos aglomeradores pobres urbanos (Antunes 2023).

Figura 1

Moradoras do Vale Escuro, em Lisboa, conversavam com a arquiteta Margarida Sousa Lobo, rodeadas de crianças, no Verão de 1974. O cartaz colado numa porta chamava os chefes de família para reunião no bairro: os lugares de decisão foram paulatinamente conquistados pelas mulheres durante o PREC.



Fonte: RTP Arquivos, *O problema da habitação em Portugal*, outubro de 1974, da série *Sonhos e Armas*, produzido pela cooperativa de produção de filmes Cinequanon para a RTP, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-problema-da-habitacao-em-portugal/>

Perante esta urgência nacional, o Estado central lançou o Serviço de Apoio Ambulatório Local, mais conhecido pela sigla SAAL, cujas bases teóricas e metodológicas já vinham a ser formuladas desde a década anterior. Com uma existência “oficial” datada no período entre agosto de 1974 e outubro de 1976, mas indo além deste, o SAAL caracterizou-se pela organização social da procura, pela iniciativa ter de partir das e dos moradores pobres urbanos (formalizados em associações ou cooperativas de habitação económica), e pela assistência técnica dada ao nível das autarquias e de equipas de apoio local interdisciplinares (CN-SAAL 1976; Bandeirinha 2011). Dentre as maiores originalidades do processo, sublinho (i) a prática do direito ao lugar na escolha dos terrenos para o novo bairro, podendo permanecer no mesmo local ou em pontos valiosos das cidades; (ii) o exercício do direito à participação na decisão e gestão do habitat; e (iii) a forte mobilização das moradoras que, formal e informalmente, foram uma força motriz de muitas ações no SAAL, mesmo para lá do término do serviço. As mulheres – moradoras, técnicas de intervenção social, arquitetas e estudantes – assumiram papéis relevantes no arranque, desenvolvimento e divulgação das operações SAAL, tema que trato na tese de doutoramento em curso no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (Darq-UC).

De serviço público rapidamente passou a processo popular: as populações pobres mal alojadas agarraram o processo nas suas mãos e extravasaram os objetivos iniciais. Da resolução dos problemas mais urgentes avançou-se para o objetivo maior da construção de casas dignas e, depois, na maioria dos casos, de equipa-

mentos sociais e coletivos. Discutidos e promovidos quer por organizações de mulheres¹, quer por comissões de moradores², estes eram, tal como as casas, importantes “infraestruturas para a vida quotidiana”, um conceito elaborado pela arquiteta-urbanista madrilena Inés Sánchez de Madariaga (2022 [1998]).

Fonte de análise e ferramenta de transformação com um estreito vínculo às dimensões espacial e temporal, a “vida quotidiana” constitui uma referência teórica e metodológica central no pensamento feminista sobre a casa e a cidade, uma vez que permite quebrar a dicotomia entre espaço público/espaço privado ao reportar-se às inúmeras atividades que se desenvolvem e se cruzam, diária e rotineiramente, nas duas esferas (Jacobs 1994; Col.lectiu Punt 6 2019; Valdivia Gutiérrez 2020). Dentro de um amplo universo, as infraestruturas da vida quotidiana são redes de serviços e de equipamentos de proximidade que jogam um papel-chave no desenvolvimento e na adequação de aglomerados urbanos, ou seja, são “aquelas infraestruturas físicas, económicas e sociais que podem ser desenvolvidas fundamentalmente no bairro, mas também na região, para facilitar o desenvolvimento da vida do dia-a-dia e a qualidade de vida de todos” (Sánchez de Madariaga [1998] 2022, 282). A sua (in)existência e (in)adequação impactam particularmente a vida das mulheres mais pobres.

No âmbito do SAAL, os equipamentos sociais reivindicados, alguns conquistados, ligavam-se à água (rede de água e esgotos, fontanários, balneários e lavadouros), às sedes das organizações de moradores, e à infância, como creches-infantários e parques de brincadeira. Integrando o trabalho mais amplo de doutoramento sobre *As Mulheres no Processo SAAL*, este artigo conta a história do envolvimento das mulheres na reivindicação e na conquista de creches e infantários nas operações SAAL das Antas e do Alto dos Moinhos, respetivamente no Porto e em Lisboa. Metodologicamente, recorro à revisão bibliográfica sobre estes aglomerados urbanos (Costa e Fernandez 2020; Costa 2022; Santos e Drago 2024), a uma entrevista à técnica de intervenção social e moradora do Alto dos Moinhos Rosário Baptista (2023), a documentos audiovisuais, particularmente programas da RTP, e à consulta de arquivos públicos e privados. O Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, é a casa de um amplo acervo sobre o SAAL; o Ephemera e o arquivo da UMAR guardam elementos pontuais, mas relevantes; e Rosário Baptista tem um pequeno espólio relativo à operação SAAL lisboeta do Alto dos

¹ Ver, a título de exemplo, a inauguração do primeiro infantário em Torres Vedras, conquista da população e do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), noticiada pelo Noticiário Nacional de dezembro de 1974 e disponível em RTP Arquivos.

² Outras comissões de moradores não abrangidas pelo SAAL reivindicaram por equipamentos sociais. A comissão de moradores do Pragal ocupou um palacete e criou a Creche Popular do Pragal, que fomentou, depois, a comissão de mulheres do Pragal (Tavares 2021). Ver ainda, por exemplo, o programa *Nascer e Viver*, datado de junho de 1975 e disponível *online* em RTP Arquivos, no qual uma residente falava da creche e do parque infantil como uma prioridade para Trajouce, na região de Sintra.

Moinhos. No ano em que se assinalam os 50 anos do 25 de Abril de 1974, respondo ao apelo “de onde partimos”, sugerido por uma das partes do título deste número dedicado a transições democráticas. Trago um contributo sobre a situação e a conquista da cidadania das mulheres pobres urbanas em Portugal, o processo SAAL e as creches, nos primeiros anos da democracia portuguesa.

2. As comissões de moradores e a luta por creches: a vida de mulheres e crianças

Em Portugal, apesar das campanhas do Estado Novo a favor da mãe-educadora e gestora do lar, o aumento da taxa de trabalho feminino na década de 1960 fazia crescer a procura social por serviços de guarda das crianças (Dias, Pereira, e Correia 2013, 21). Não obstante esta necessidade premente, a advogada Lia Viegas (1931-2017) recordava:

O Estado português nunca contribuiu para retirar a mulher da esfera caseira ou para aliviar a carga às duplas trabalhadoras. Em 1973, havia apenas 16 creches oficiais e a totalidade, incluindo as creches particulares, que cobravam elevadas mensalidades, abrangia 0,8% das crianças até aos três anos de idade. Não existem escolas pré-primárias oficiais e as particulares que, obviamente, nem todos podem pagar, cobrem apenas 3% das crianças dos 3 aos 6 anos de idade. Não existem estabelecimentos para ocupar os tempos livres das crianças, que permanecem na escola primária oficial apenas meio-dia. Não existiam cantinas, lavandarias ou quaisquer outros equipamentos colectivos. (Viegas 1977, 22)

Os censos de 1970 contabilizavam 8.611.125 crianças no grupo etário dos 0 aos 14 anos (INE 2023). Os agregados familiares, sobretudo os mais pobres, eram numerosos e a maioria de bebés e crianças ficava à guarda de modalidades informais, nomeadamente em amas, vizinhas, avós ou mesmo irmãs mais velhas, ainda que fossem tantas vezes menores de idade – mulheres e raparigas que, na verdade, dispunham de “poucas formas de expressão e valorização social onde marcar as suas práticas e sentimentos” (Dias, Correia, e Pereira 2013, 668). A tónica colocada nesta infraestrutura social durante o período revolucionário tinha, na verdade, antecedentes. Antes e depois de Abril de 1974, grupos informais e organizações de mulheres, como o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), o Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), já colocavam as estruturas de apoio a mães e crianças, nomeadamente infantários, lavandarias e cantinas, na arena política (Tavares 2008).

Impactando particularmente a vida das mulheres, a criação de equipamentos de apoio à infância integrou os cadernos reivindicativos das organizações de moradores por todo o país, cujo carácter de urgência se equiparava ao dos arranjos de ruas, do saneamento básico, da rede de abastecimento de água ou da ilumina-

ção pública. Foi o caso do Alto dos Moinhos, em Lisboa, ou de Contumil, no Porto³, onde “fazem muita falta” e “para evitar que tantas crianças que moram no bairro, não andem ao abandono, enquanto suas mães andam a ganhar o pão de cada dia, assim como a nomeação de 2 ou 3 raparigas que sejam estudantes” (Fig. 2).

A promoção destas infraestruturas verteu, depois, de forma inequívoca, para os objetivos da maioria dos documentos estatutários das Associações de Moradores (AM), com formulações semelhantes. A Sul, no Algarve, a região do SAAL que menos concretizou este serviço coletivo, as AM 28 de Junho⁴ e 18 de Maio⁵ falavam na promoção de equipamento coletivos para a infância, para os filhos dos associados (AM 28 Junho 1976), e ainda de uma escola, de posto médico e de posto de abastecimento (AM 18 Maio 1976). A AM do Bairro dos Trabalhadores do Catujal, por sua vez, ambicionava “[c]onstruir e administrar creches e outras para os associados e populações circunvizinhas” (AM Catujal 1975). A Norte, a AM da Zona do Campo 24 de Agosto e Eirinhas⁶, no Porto, integrou, no artigo 5.º dos estatutos, esta infraestrutura para a infância como um dos propósitos particulares da coletividade:

A melhoria das condições de habitação dos seus Associados, quer através da construção de novas casas quer através de reparação nas actuais ou outras iniciativas.

b) Defesa dos interesses dos Associados Moradores da Zona perante as Autarquias Locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia), os diversos órgãos do Governo, e todas as demais entidades Públicas e Privadas.

e) Criação de uma Cooperativa de Consumo.

f) Administrar a Comuna Soldado Joaquim Luís⁷ (creche e jardim de infância) de forma a transformá-la de modo a satisfazer as reais necessidades da população neste campo social. (AM Campo 24 de Agosto 1976)

³ Entre os 16 delegados que formaram a comissão de moradores inicial contava-se apenas uma moradora: Maria da Glória Conceição Monteiro, costureira de profissão (CM Contumil 1976).

⁴ A AM 28 de Junho, de Vila Real de Santo António, fora fundada por 5 pessoas, entre elas, Maria Deonilde Piloto Maia e Maria da Conceição Botequilha, ambas casadas e naturais de Vila Real de Santo António (AM 28 Junho 1976).

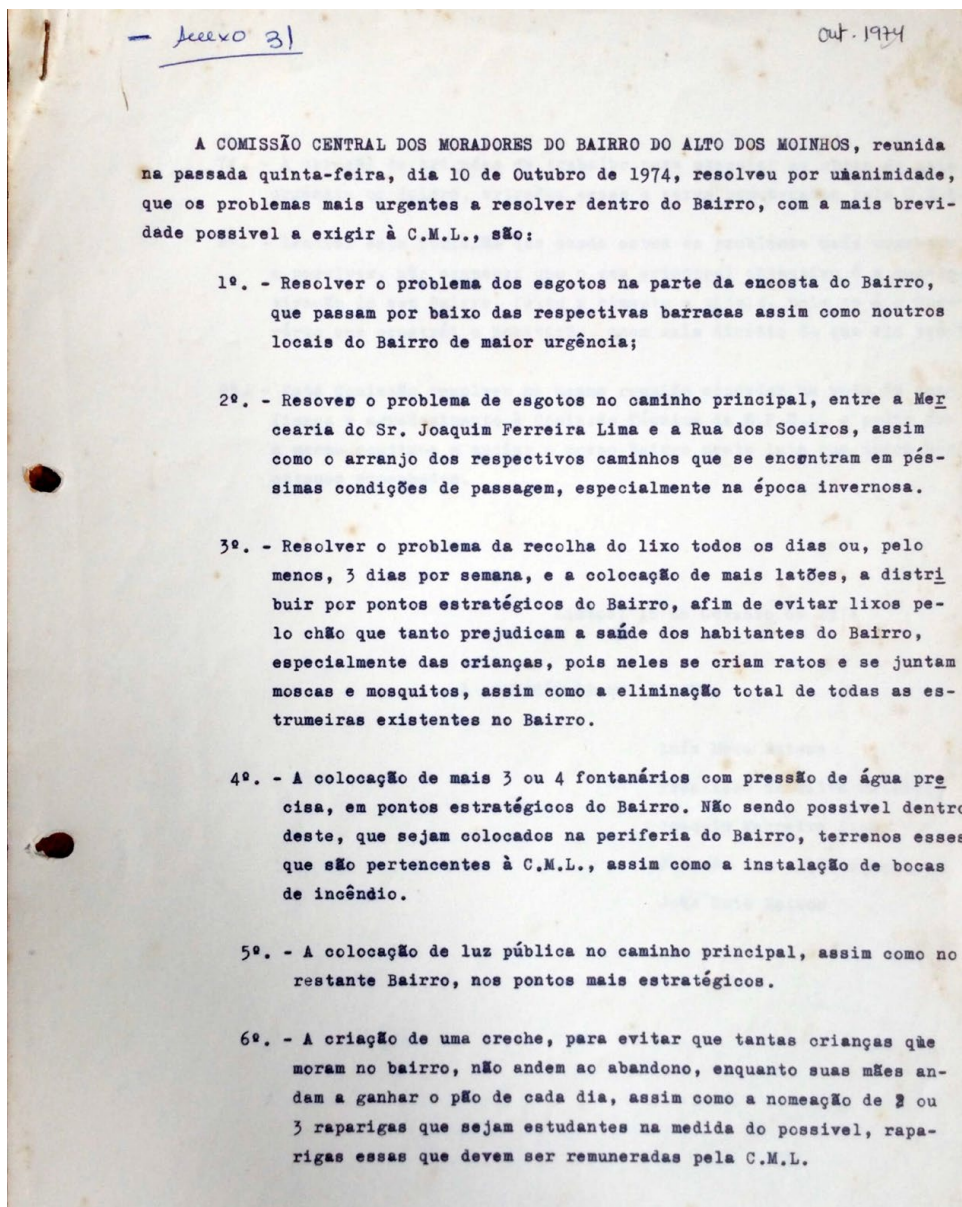
⁵ A AM 18 de Maio, de Olhão, contou com Maria Graciete Garcia Alves (solteira, natural do Alte) e Maria Odete Valério (solteira, natural de Loulé) entre as pessoas fundadoras (AM 18 Maio 1976).

⁶ A AM da Zona do Campo 24 de Agosto e Eirinhas foi cofundada por um grupo de 19 pessoas que incluía três mulheres: Marília Augusta de Oliveira Cunha (solteira, natural do Bonfim), Maria Antónia Cardoso (viúva, natural de Alijó) e Maria da Conceição Moreira (casada, natural de Sabrosa) (AM Campo 24 de Agosto 1976).

⁷ A Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís resultou da ocupação de um edifício, pela Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), na rua Morgado Mateus, no qual se instalou um infantário e uma creche para as crianças das moradoras e dos moradores das áreas de S. Vitor, Campo 24 de Agosto, Heroísmo e outras. Além da função de sede da AM do Campo 24 de Agosto, este edifício servia ainda de local para a realização de atividades culturais e recreativas, de apoio social e educativo, escritórios (nomeadamente da brigada técnica de Chaves de Oliveira) e como centro clínico (Costa 2022, 536).

Figura 2

No Alto dos Moinhos, em Lisboa, as questões prioritárias eram, em outubro de 1974, o movimento de ocupação das hortas, a suspensão das rendas, as obras pontuais locais, a recolha do lixo, a colocação de mais fontanários, a iluminação pública e os esgotos, balneários e a creche.



Fonte: Espólio pessoal de Rosário Baptista.

Esta reivindicação tinha uma abrangência nacional (Fig. 3) e, quer o modelo encontrado por cada unidade operacional, quer a sua possibilidade de concretização, manifestaram duas dimensões do processo: por um lado, as reais capacidades de cada população e sua respetiva organização de moradores, e, por outro lado, o contexto urbano e a maior ou menor disponibilidade de terrenos livres. No âmbito do SAAL, enquanto a opção tendeu para a ocupação de casas e palacetes devolutos no Porto, que serviam diversas operações e freguesias, a nova construção foi a solução maioritariamente seguida em Matosinhos, Oeiras, Lisboa, Setúbal e Beja. Independentemente do modelo encontrado, as organizações de moradores assumiram a administração de creches e de jardins de infância, transformando as iniciativas populares num movimento paralelo ao Estado.

Figura 3

Cartazes ou autocolantes das organizações de moradores da Bouça, da Falagueira e de Campanhã/Justino Teixeira, relativos às creches e infantários.



Fonte: Ephemera, disponível em <https://ephemerajpp.com>

3. Ocupar ou construir: infantários nas operações das Antas e do Alto dos Moinhos

As populações dos bairros do Leal, do Campo 24 de Agosto e Eirinhas, da Vitória, entre outras, aproveitavam a vaga organizada de ocupações de edifícios, iniciada em março de 1975, destinados à criação de sedes de associações de moradores e de creches. Alguns destes equipamentos de apoio à infância serviam a freguesia ou várias comissões de moradores (Costa 2022). Processo ou intenções semelhantes ocorriam nas Comunas Infantis de Campanhã, na rua Justino Teixeira, e de Lordelo. Na operação do Heroísmo, por sua vez, funcionava uma Comissão Feminina que tinha a seu cargo o estudo e a preparação do infantário, de uma sala de estudos e de um posto médico (Almeida *et al.* 1975). Os grupos de mulheres,

dentro ou fora das comissões de moradores, foram raros nos bairros ligados ao processo SAAL.

“Os palacetes tornam-se úteis”, noticiava o *Comércio do Porto* na capa da edição de 17 de março de 1975. A realidade repetia-se pela cidade. Nas Antas, a população ocupou, em abril de 1975,

um “palacete” devoluto na Praça das Flores, tendo como objectivo a sua transformação em creche/infantário [Fig. 4]. Organizado como actividade festiva a um domingo de manhã, o desfile de famílias inteiras de moradores desceu a Rua das Antas em direcção à praça e, ocupado o edifício, logo ali se formaram equipas de trabalho que durante o resto do dia se dedicaram à limpeza do lixo acumulado por anos de abandono e a cortar vegetação selvagem que crescera no jardim anexo à casa. Durante os anos do infantário da Associação de Moradores das Antas, sobrevivendo à extinção do Processo SAAL, foi símbolo de uma experiência ímpar que os interesses representados por uma nova realidade política impediram de prosseguir. (Bastos 2020, 150)

Figura 4

Em 1976, a ocupação de um edifício para o infantário e a construção de um pavilhão para práticas desportivas e culturais (entre novembro de 1975 e junho de 1976) foi assunto nos n.º 5 (fevereiro) e n.º 6 (março/abril) do *Arranque*, jornal de moradores das Antas.



Fonte: CD25A, espólio Alexandre Alves Costa.

Para incentivar a mobilização popular, esta organização de moradores formara inúmeros grupos de trabalho, nomeadamente o de imprensa e propaganda, de obras, de vigilância e fiscalização de preços, cultural, desportivo e da creche (Costa 2022, 351). Como tantas outras operações SAAL, a creche-infantário das Antas ficou a cargo de um grupo de trabalho de moradoras, entre elas a ativa moradora Elisa Dantas, e do trabalho das vigilantes, Paula e Graça. O livro de atas da

direção desta associação de moradores, redigido de forma pormenorizada, mostra como, em junho de 1975, enquanto o morador António Alves saía do grupo da creche por “haver só meninas ou senhoras”, Armando Costa alertava que “a creche tem sofrido calúnias e não trabalhava mais nela em virtude de não querer trabalhar com uma futura casa de prostitutas” (AM Antas 1975a). Afinal, a guarda coletiva de bebés e crianças perpetuava-se como uma tarefa tradicionalmente feminina.

No final do ano de 1975, o grupo de dinamização da creche informava a população, através do jornal de bairro, sobre o avanço da construção de um pavilhão e o funcionamento da futura creche, a ser discutido em assembleia de pais. Solicitava-se a doação de mobiliário e materiais para que o equipamento pudesse funcionar e acolher o máximo de crianças da zona, até ao limite do permitido pelo espaço disponível (AM Antas 1975b). Estas iniciativas contribuíram amiúde para estimular a mobilização popular e manter a energia social na luta por casas dignas. O infantário das Antas manteve-se em funcionamento de abril de 1976 a 2000.

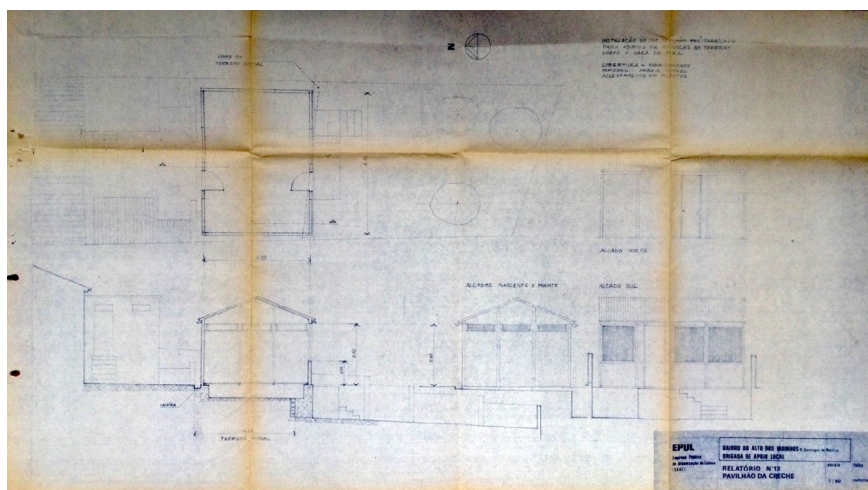
Em Lisboa, a equipa de apoio local do Alto dos Moinhos justificava, logo em dezembro de 1974, o pedido de subsídio para a instalação de uma creche provisória de “apoio às mães trabalhadoras” (Ferreira, Soares, e Ribeiro 1974) (Fig. 5). Entre elas, Maria Cândida Coelho, moradora, aluna da classe de alfabetização e redatora do jornal do bairro, escrevia sobre a situação das mulheres e das crianças que ditava a urgência da creche:

[N]o nosso bairro não há uma creche onde possamos deixar os nossos filhos para podermos ir para o emprego um pouco mais descansadas. [...] Depois do 25 de Abril, o Governo começou a prometer mundos e fundos; a partir daí, as mulheres do nosso bairro que trabalham e que acham que devia haver cá uma creche, juntaram-se em várias reuniões e discutiram o problema. Fez-se um relatório que se entregou na Comissão do Equipamento Social. [...] Se o Governo não se preocupa com os problemas do nosso bairro e que são os mesmos de tantos outros bairros de lata e pobres, temos de ser nós a resolvê-los, custe o que custar. Portanto, não devemos desistir mas sim continuar a lutar por aquilo a que nós e os nossos filhos temos direito. (Coelho e AM Alto dos Moinhos 1975)

A resolução do problema da guarda das crianças ficava a cargo das mães-trabalhadoras e moradoras do bairro, chamadas porta-a-porta para encontros locais (Fig. 6) de discussão do horário, das refeições, dos materiais, do pessoal e das mensalidades (R. Baptista s/db). A AM do Alto dos Moinhos, à semelhança de outras, incluirá nos seus estatutos “a criação de equipamento social no Bairro (creche, jardim infantil, escola, posto médico e outros); [e a] organização de serviços colectivos (cantina colectiva, lavandaria, sala de estudo, etc.), e, dentro de um espírito solidário e não lucrativo, as casas e o equipamento social ficarão sendo propriedade colectiva dos sócios” enquanto objetivo principal a par das casas (AM Alto dos Moinhos 1976).

Figuras 5

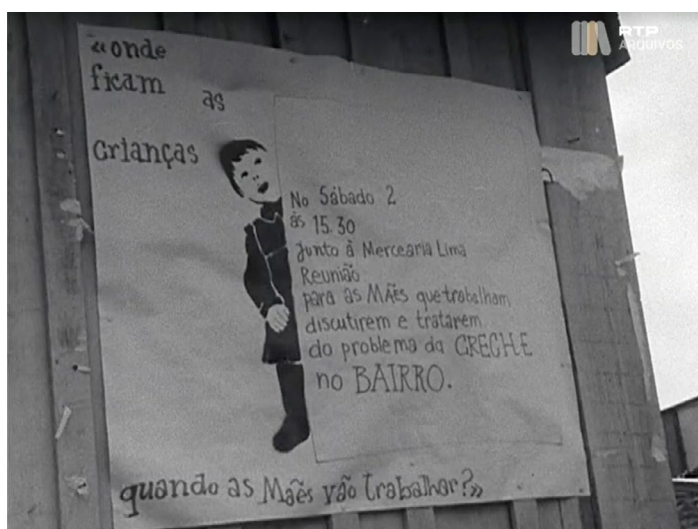
Planta do pavilhão prefabricado destinado a creche provisória do bairro do Alto dos Moinhos (dezembro de 1974), em Lisboa. A peça desenhada foi anexa à carta de pedido de subsídio à Comissão do Equipamento Social do Ministério dos Assuntos Sociais, assinada pela técnica de intervenção social Graciete Ferreira e pelo arquiteto Luís Bruno Soares, pela BAL (brigada de apoio local), e por Francisco Ribeiro pelo Grupo de Gestão da Creche.



Fonte: Espólio de Rosário Baptista.

Figura 6

Um cartaz no bairro Alto dos Moinhos, em Lisboa, que chamava as moradoras-mães para uma reunião sobre a futura creche, dizia: “Onde ficam as crianças quando as mães vão trabalhar?”

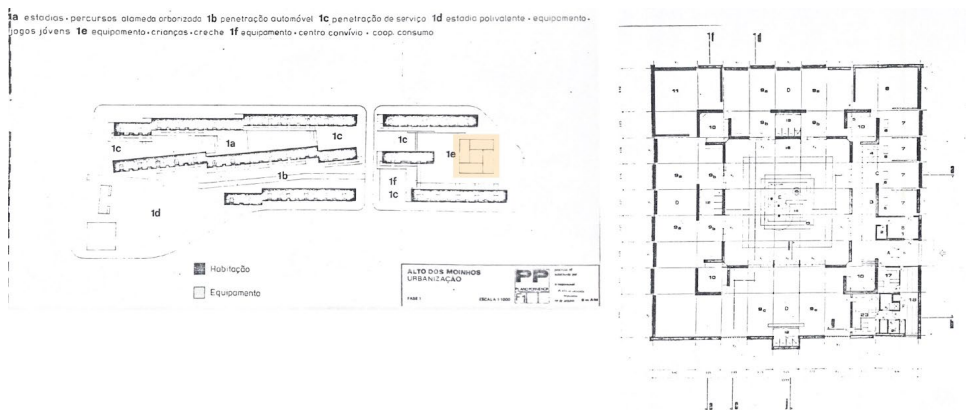


Fonte: RTP Arquivos, programa *Lisboa. O direito à cidade*, documentário da autoria de Eduardo Geada, 1975, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lisboa-o-direito-a-cidade-parte-ii/>

Em 1975, as atividades de tempos livres para as 7 dezenas de crianças do bairro decorriam num exíguo pavilhão prefabricado, também sede da associação (AM Alto dos Moinhos 1986). O projeto da creche e do jardim de infância, oferecido pelo arquiteto Justino Morais (1928-2011) em 1983, contemplava um edifício de planta quadrangular de fecho do extremo direito do bairro. As salas destinadas a inúmeras funções – receção, direção, salas médicas, infantário, jardim infantil e serviços associados – dispor-se-iam em torno de um pátio central parcialmente coberto, dotado de árvores e de espaço de brincadeira (Fig. 7). Dado que o processo desta operação se arrastava no tempo e acumulava tentativas frustradas, decidiram a prioridade da sua construção face à das casas como estratégia de ocupar o terreno cedido em direito de superfície (R. Baptista 2022). A solução fora fortemente participada e debatida pela população, particularmente o tratamento do espaço envolvente, a ligação interior/ exterior, a iluminação, o isolamento acústico e o conforto térmico, o tipo de materiais e as cores (R. Baptista 2022). Apostaram, mais tarde, num pedido de apoio à junta de freguesia para um parque infantil.

Figura 7

Planta do conjunto do bairro do Alto dos Moinhos, com a localização da creche indicada a amarelo. Planta quadrangular da creche, dotada de um pátio ao centro, da autoria do arquiteto Justino Morais (1983).



Fonte: Espólio de Rosário Baptista.

A instalação da creche foi objeto de reflexão crítica por parte da técnica de intervenção social e moradora do bairro Rosário Baptista, questionando as causas, as consequências e os procedimentos. Se, por um lado, era preciso transformar a função materna e “aliviar a mãe do cuidado constante dos filhos mais pequenos (questão esta que não pode ser tratada sem a livre participação das mulheres)”, por outro lado, dizia, “na sociedade capitalista, as creches respondem a uma necessidade do sistema – ‘depósito de bagagem’, durante o período de trabalho das mães” (R. Baptista s/da). Não obstante o resultado ser, do seu ponto de vista,

o sentimento de culpa das mães e a desconfiança sobre o que ocorria na creche, esta representava “um avanço considerável em relação à educação familiar – condições para a instauração de uma educação colectiva” (R. Baptista s/da). Colocava a tónica da emancipação, de forma paradoxal, nas crianças: apesar de se socorrer da máxima “libertar a mulher da criança é, em primeiro lugar, libertar a própria criança”, Rosário Baptista sublinhava as desigualdades de género, assumindo ser fundamental:

Atribuir a [crianças de] ambos os sexos o mesmo tipo de actividades e o mesmo modo de tratamento das questões [...] e romper a ancestral divisão de tarefas entre homens e mulheres; primeiramente convocando pais e mães para a discussão dos problemas relativos à creche, em segundo lugar (se possível) introduzir um elemento masculino entre o pessoal que vai ficar encarregado. (R. Baptista s/da)

A gestão e a responsabilização feminina pela creche era, no entanto, particularmente difícil visto que, no Alto dos Moinhos, as mulheres não tinham direito a voto, embora participassem nas discussões e realizassem as tarefas práticas dentro da comunidade. O equipamento de apoio à infância, concluía, devia ser fundado e organizado pelas mães, “o que implica que tenham outra razão de ser além dos filhos, que ponham em causa simultaneamente a sua própria finalidade e as condições tradicionais de existência repressiva das crianças”, podendo vir a ser o principal local da socialização das e dos mais pequenas/os (R. Baptista s/da). Após esforços populares desmesurados e inúmeras reuniões com diversas instituições públicas e ministros durante mais de uma década, nada chegou a ser definitivamente construído (Santos e Drago 2024).

Não obstante as deficiências das instalações físicas e a informalidade dos recursos humanos, os movimentos populares, ligados ou não ao SAAL, reivindicaram, organizaram e administraram creches e jardins de infância, fosse pela ocupação de casas, fosse pela via da nova construção. No âmbito do SAAL construíram-se alguns equipamentos de apoio à infância, nomeadamente nas operações Cruz de Pau, em Matosinhos, coordenada pela arquiteta Fernanda Seixas, na operação de Linda-a-Velha, em Oeiras, liderada pela psicóloga Isabel Cordovil, nos bairros do Pelame e Esperança, em Beja, chefiados pelas arquitetas Ana Salta e Manuela Madruga, ou em Setúbal, nas operações de Pinheirinhos e Bairro da Liberdade, o primeiro coordenado pela arquiteta brasileira Helena Silva⁸, o segundo pelo arquiteto Luís Casal Ribeiro com a arquiteta mexicana Josefina Mena.

⁸ Nos documentos oficiais do SAAL, a arquiteta surge registada como “Helena Krieger” que era, à época, o seu apelido de casamento. A mudança de nome das mulheres é um dos fatores que dificulta a sua recuperação para a História das Mulheres.

4. Notas finais

As mulheres de hoje, destacadas na luta, negam que os filhos sejam o único sentido da sua vida. As mulheres são pelo direito ao trabalho, participam na produção lado a lado com os homens, lutam pela igualdade de salários, condição para que no plano económico e político ocupem uma posição independente.

Precisamente porque as mulheres em luta chamam a si as tarefas que a Revolução exige, elas põem em causa aquela finalidade de vida e o papel que a sociedade tradicional lhes tenta impor. As mulheres, pela sua determinação em participar na vida política e na produção, têm o direito de exigir que a responsabilidade de educar as crianças seja entre todos repartida. [...] A creche e o infantário são meios de promoção da autonomia da criança em relação à mãe. (UMAR 1978)

Este trecho integra a memória descritiva do projeto de arquitetura do equipamento coletivo, da autoria do arquiteto Alberto Oliveira, para o Bairro Portugal Novo⁹, uma das sete operações SAAL/Lisboa que chegaram à fase de construção. A creche era aqui igualmente enfatizada enquanto conquista política e social das mulheres que puseram em causa o lugar de cuidadoras abnegadas que lhe fora histórica e socialmente destinado, mas também como meio “de promoção da autonomia da criança em relação à mãe” (UMAR 1978). Ainda que o inverso – a autonomia da mãe relativamente à criança – fosse menos versado, a discussão dos equipamentos de apoio à infância durante o período revolucionário fomentou, por um lado, uma certa problematização do papel das mulheres na família e na sociedade e, por outro lado, visibilizou os direitos das crianças.

Jardins de infância e creches eram, à época, entendidas mais como alternativas diretas ao cuidado materno do que no sentido pedagógico e de primeira socialização. A sobrevivência e a guarda das crianças dos agregados familiares mais pobres – contemplando a rotina diária de cuidados de higiene, alimentação, sono e afetos – eram, naquele momento, o objeto das preocupações sociais e políticas num sentido mais assistencial. Sem oportunidade para colocar em causa as desigualdades estruturais de género numa época que privilegiou as contradições de classe, colocou-se na cena pública as questões relegadas à esfera privada (Dias, Pereira, e Correia 2013). Afinal, as “zonas de liberdade” e de partilha das mulheres pobres urbanas permaneceram em lugares e tarefas que evidenciam a subalternidade feminina. A creche surgiu, assim, no início da democracia portuguesa, como um serviço diretamente ligado a uma necessidade quotidiana de mães e crianças,

⁹ O conjunto urbano previa, a poente, uma zona de equipamentos virada para a atual praça Francisco Sá Carneiro e avenida Afonso Costa, que englobava uma creche, um jardim de infância, uma escola primária e um campo de jogos. Nenhum destes equipamentos foi construído (Santos e Drago 2024).

ao alívio do fardo da “mãe-trabalhadora”, à mínima conciliação das vidas pessoal e profissional, e à manutenção da estrutura familiar.

Pese embora as alterações legislativas após o 25 de Abril de 1974 no sentido da promoção da igualdade de direitos e deveres no casal, as mudanças efetivas no quotidiano tardarão e bebês e crianças continuarão socialmente associados ao espaço privado familiar e sob a responsabilidade das mulheres¹⁰. Só mais tarde entrarão no foro dos direitos políticos e sociais das mulheres e dos direitos das crianças à educação e à co-construção do espaço social da infância. A oferta pública de creches relaciona-se diretamente com a construção da cidadania de mulheres e de crianças em Portugal, pois a “politização do social e do cultural abriu o campo da cidadania para a emergência de novos sujeitos que reclamaram uma nova cidadania” (Dias, Pereira, e Correia 2013, 22) e direitos sociais, interpelando os lugares sociais predefinidos, a condição subalterna e o isolamento no contexto doméstico. As infraestruturas da vida quotidiana – casas, creches e lavadouros – impulsionaram um certo grau de independência e de individualidade para as mulheres pobres urbanas, para lá da função materna, e permitiram discutir sobre os equipamentos de proximidade que fazem cidade.

No Portugal revolucionário, as creches abriram caminho à discussão da situação das mulheres na família, no trabalho e na sociedade, e foram um elemento-chave quer na discussão e transformação da cidade, quer no acesso à vida pública e na possibilidade de imaginar um projeto pessoal e profissional para as mulheres mais pobres, quer no novo projeto para uma nova sociedade. Este momento histórico foi, na verdade, fundador do caminho percorrido até às políticas públicas atuais relativas às creches e infantários – uma discussão pública e política em permanência. As moradoras praticaram o direito ao lugar, à habitação e à cidade, num momento de reinvenção da cidadania, com especificidades para as mulheres em Portugal no momento revolucionário, dando início a profundas transformações na família e na sociedade.

Agradecimentos

Agradeço a todas as intervenientes no Processo SAAL – moradoras, arquitetas, assistentes sociais – pela coragem, pelas conquistas e pela generosidade em

¹⁰ Segundo Dias, Pereira, e Correia (2013, 24), a força do modelo “maternocêntrico” manteve-se mesmo bem para lá de 1974: “a educação pré-escolar constituiu-se como um direito da criança à educação pública logo após a Revolução de Abril. O direito à creche, por sua vez, constituiu-se como direito de homens e mulheres para a conciliação entre trabalho profissional e vida familiar, apenas em 1997”. Sublinham ainda que “[e]m Portugal, a educação de infância surgiu como serviço público de educação após 25 de Abril de 1974 e a lei n.º 5/77 consagrou apenas a educação pré-escolar, destinada às crianças dos três aos cinco anos de idade, em horário parcial (cinco horas diárias)” (*idem*, 667).

partilhar as histórias. Este texto conta com o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (Governo de Portugal) através da bolsa de doutoramento com a referência 2020.08730.BD.

Conflito de interesses

A autora declara não ter nenhum potencial conflito de interesses.

Referências bibliográficas

- Antunes, Lia. 2023. “O meu sonho? Ter uma casa. Pensar sobre habitação, cidade e cidadania das mulheres no Portugal revolucionário (1974-1976).” *Astrágalo. Cultura de la Arquitectura y la Ciudad* 33–34: 129-150. DOI: <https://doi.org/10.12795/astragalo.2023.i33-34.08>
- Bandeirinha, José António. 2011. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>
- Bastos, Vítor. 2020. “SAAL Antas, um depoimento.” Em *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia – Antas, Pedro Ramalho*, editado por Ana Alves Costa e Sergio Fernandez, 149-150. Lisboa: Tinta-da-China.
- Collectiu Punt 6. 2019. *Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editorial. Disponível em https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Urbanismo-feminista_ES.pdf
- Costa, Ana Alves, e Sergio Fernandez, eds. 2020. *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia – Antas, Pedro Ramalho*. Vol. 3. Lisboa: Tinta-da-China.
- Costa, Ana Catarina. 2022. “O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto.” Tese de Doutoramento em Arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Dias, Regina Célia, José Alberto Correia, e Maria de Fátima Pereira. 2013. “A creche e a construção da cidadania de mulheres e crianças.” *Revista de Educação Pública* 22(50): 665-685.
- Dias, Regina Célia, Fátima Pereira, e José Alberto Correia. 2013. “Creche, Igualdade de Género e o Direito das Crianças à Educação.” *Revista Portuguesa de Pedagogia* 47(2): 21-42. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-2_2
- INE. 2023. “População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários.” Pordata. 7 de março de 2023.
- Jacobs, Jane. 1994. *The Death and Life of Great American Cities*. London: Penguin Books in Association with Jonathan Cape.
- Muxí Martínez, Zaida, e Tania Magro Huertas. 2011. “Las mujeres constructoras de ciudad desde los movimientos sociales urbanos.” Em *Archivo Crítico Modelo Barcelona 1973-1979*, editado por Josep Maria Montaner, Zaida Muxí Martínez, e Fernando Álvarez, 134-149. Barcelona: Ajuntament de Barcelona. Departamento de Composición Arquitectónica de la ETSAB-UPC.
- Sagot, Monserrat. 1992. “Women, political activism and housing: The case of women’s struggle for housing in Costa Rica | AU Digital Research Archive.” Tese de doutora-

- mento em Sociologia. Washington, D.C.: The American University. Disponível em <http://hdl.handle.net/1961/thesesdissertations:2669>
- Sánchez de Madariaga, Inés. 2022. “Las infraestructuras para la vida cotidiana.” [1998]. Em *Antología de pensamientos feministas para arquitectura*, editado por Zaida Muxí Martínez, 281-286. Barcelona: Iniciativa Digital Politècnica.
- Santos, Ricardo, e Ana Drago, eds. 2024. *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia*. Lisboa. Vol. 5. Lisboa: Tinta-da-China.
- Tavares, Manuela. 2008. “Feminismos em Portugal (1947-2007).” Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1346>
- Tavares, Manuela. 2021. *A Participação das Mulheres no 25 de Abril de 1974 no Pragal*. Lisboa: UMAR.
- Valdivia Gutiérrez, Blanca. 2020. “La ciudad cuidadora: calidad de vida urbana desde una perspectiva feminista.” Tese de doutoramento. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya.
- Viegas, Lia. 1977. *A Constituição e a Condição da Mulher*. Temas da Constituição. Lisboa: Diábril, Cooperativa Editorial.

Fontes documentais

- Almeida, Maria Beatriz, J. Coutinho, Sousa Monteiro, e Cristiano Moreira. 1975. “1.º Encontro SAAL/Norte. Brigada do Heroísmo.” Espólio de Albano A. C. Pereira – Processo SAAL / Nacional. SR: Documentos Diversos (1975-1978) II/III. Centro de Documentação 25 de Abril.
- AM 18 Maio. 1976. “Associação de Moradores 18 de Maio (Olhão).” GCFAR-H-B-001-00035. Divisão de Documentação e Arquivo do Ministério da Administração Interna.
- AM 28 Junho. 1976. “Associação de Moradores 28 Junho (Vila Real de Santo António).” GCFAR-H-B-001-00025. Divisão de Documentação e Arquivo do Ministério da Administração Interna.
- AM Alto dos Moinhos. 1976. “Associação de Moradores do Bairro do Alto dos Moinhos.” GCLSB-H-B-001-01736. Divisão de Documentação e Arquivo do Ministério da Administração Interna.
- AM Alto dos Moinhos. 1986. “Pedido de apoio. Financiamento de Equipamento e Material Didático para o Centro de ATL’s do Bairro do Alto dos Moinhos.” Espólio pessoal de Maria do Rosário Baptista.
- AM Antas. 1975a. “Acta n.º 35.” A.M.A. (Associação de Moradores das Antas) F.387. SC 1 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS ANTAS (PORTO) (1974-2002). SR 1 Livro de actas da Direcção. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em https://www.cd25a.uc.pt/storage/media/pdf/Arquivo/F387/F387_SC1_SR1_compressed.pdf
- AM Antas. 1975b. “Grupo dinamização e creche”. *Arranque. Jornal dos Moradores das Antas, ano II*, n.º 3, 1 de dezembro de 1975. Espólio de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril.
- AM Campo 24 de Agosto. 1976. “Associação de Moradores da Zona do Campo 24 de Agosto e Eirinhas.” GCPRT-H-B-001-02761. Divisão de Documentação e Arquivo do Ministério da Administração Interna.

- AM Catujal. 1975. "Associação de Moradores do Bairro dos Trabalhadores do Catujal." GCLSB-H-B-001-01577. Divisão de Documentação e Arquivo do Ministério da Administração Interna.
- Baptista, Maria do Rosário. 2023. Maria do Rosário Baptista [em Rio de Mouro], entrevistada por Lia Gil Antunes. Áudio.
- Baptista, Rosário. 2022. "O arquiteto Justino Morais e o projeto do novo bairro do Alto dos Moinhos. In memoriam." Espólio pessoal de Rosário Baptista.
- Baptista, Rosário. s/da. "A montagem da creche no Alto dos Moinhos. Porquê? Para quê? Como?" Espólio pessoal de Maria do Rosário Baptista.
- Baptista, Rosário. s/db. "Ordem cronológica dos passos para a creche." Espólio pessoal de Maria do Rosário Baptista.
- CM Contumil. 1976. "Listagem dos delegados provisórios da Comissão de Moradores da Zona de Contumil." *Moradores em Luta. Boletim da Comissão de Moradores de Contumil*, n.º 4, 1 de junho de 1976. Espólio de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril.
- CN-SAAL. 1976. *Livro Branco do SAAL 1974-1976*. Vila Nova de Gaia: Conselho Nacional do SAAL.
- Coelho, Cândida, e AM Alto dos Moinhos. 1975. "A Creche do Bairro." *Expressão do Povo. Jornal do bairro do Alto dos Moinhos*, 1 de junho de 1975. Espólio pessoal de Maria do Rosário Baptista.
- Ferreira, Graciete, Luís Jorge Bruno Soares, e Francisco Ribeiro. 1974. "Carta à Comissão de Equipamento Social do Ministério dos Assuntos Sociais. Subsídio de apoio à creche provisória do Bairro do Alto dos Moinhos." Espólio pessoal de Maria do Rosário Baptista.
- "O problema da habitação em Portugal." 1974. Vídeo e áudio. *Sonhos e Armas*. Lisboa: RTP 1. RTP Arquivos. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-problema-da-habitacao-em-portugal/>
- UMAR. 1978. "A importância social das creches." *Boletim da UMAR. União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias*, 1978, n.º 8-9, Dez/Jan edição. UMAR. 1.4 História da UMAR. Década de 1970.

Lia Antunes. Arquitecta e investigadora (Darq-UC & CIEG/ISCSP-ULisboa), está a finalizar a tese de doutoramento sobre *As Mulheres no Processo SAAL (1974-1976) em Portugal* (FCT), no Darq-UC. Tem trabalhado sobre a História da Arquitectura, os contributos de arquitetas e não-arquitetas para o desenho e negociação do espaço construído, as estratégias potenciadoras do direito à habitação e à cidade e a crise climática com perspetiva de género. Na prática da Arquitectura, dedica-se a projetos de reabilitação de moradias unifamiliares, museus e exposições.

Artigo recebido em 15 de junho de 2024 e aceite para publicação em 6 de setembro de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Antunes, Lia Gil. 2024. "Mais vale uma creche! Mulheres e a luta por equipamentos coletivos durante o Processo SAAL (1974-76) em Portugal." *ex æquo* 50: 37-55. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.50.04>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Antunes, Lia Gil (2024). *Mais vale uma creche!* Mulheres e a luta por equipamentos coletivos durante o Processo SAAL (1974-76) em Portugal. *ex æquo*, 50, 37-55. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.50.04>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

